



**ATA ORDINÁRIA Nº 2817/2019**

1  
2 Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta  
3 minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para  
4 reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA  
5 do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de  
6 reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes,  
7 representante da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e Vice-Presidente do  
8 CMDUA, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco  
9 Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia  
10 Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda  
11 Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional**  
12 **- METROPLAN**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de**  
13 **Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska  
14 Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
15 **Sustentabilidade – SMAMS**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria**  
16 **Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º  
17 Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS**  
18 **NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade**  
19 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação**  
20 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º  
21 Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer  
22 (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio  
23 Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**  
24 **CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**  
25 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
26 **Grande do Sul - SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**  
27 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente),  
28 **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick  
29 (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.  
30 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de**  
31 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de**  
32 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro  
33 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral  
34 Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio  
35 Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de**  
36 **Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de**  
37 **Planejamento Sete – RGP. 7**; Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), **Região de**  
38 **Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de**  
39 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**  
40 **HOCDDA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria**  
41 **Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços**  
42 **Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2814/2019; 3. Apresentação do  
43 Plano Diretor; 4. Ordem do Dia; 5. Comunicações. Após assinatura da lista de  
44 presenças o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1.  
45 **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de**  
46 **Planejamento Seis – RGP. 6**: Vou fazer a sugestão a vocês, vamos fazer a apresentação  
47 do Plano Diretor, que é pacífico, depois nós colocamos em votação, porque eu tenho uma



48 posição diferente, só eu tenho quatro processos. Então, como são poucos processos e,  
49 relativamente, rápidos aí depois não temos todo tempo do mundo para fazer as  
50 comunicações. Ok? Mas deixamos para discutir depois da apresentação do Plano Diretor,  
51 já provavelmente com o Germano aqui, se vocês não se importam. Ok? Então, está bom.

52 **3. APRESENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR. Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente),**  
53 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Acredito que  
54 será em 20 minutos no máximo, até menos, porque foi solicitado que a gente desse um  
55 panorama geral da estrutura. Eu até peço para a Arquiteta Patrícia, que é a coordenadora  
56 do projeto, que intervenha se achar que alguma coisa tem que ser mais detalhada, mas eu  
57 trouxe um esquema bem sucinto para a gente ter uma ideia de como está pensada a  
58 estrutura para depois a gente poder ir discutindo com mais detalhe algumas outras  
59 questões. Então, eu não sei se todos me conhecem, eu sou a Arquiteta Vaneska, trabalho  
60 no grupo daqui Arquiteta Ada e da Arquiteta Patrícia, que estão envolvidas nessa revisão  
61 do Plano Diretor de Porto Alegre, na Coordenação de Planejamento Urbano, Diretoria de  
62 Planejamento Urbano. Então, aqui eu trouxe a marca do plano que a gente tem já  
63 vinculado, construindo juntos a cidade que queremos, como está sendo. Então, a gente  
64 tem no centro o Plano Diretor e está pensado o trabalho da revisão, da maneira como o  
65 projeto está estruturado, tratando isso como a gente está organizando as atividades, em  
66 duas dimensões: uma que é a revisão do plano propriamente dito, e outra que é a questão  
67 da capacitação dos técnicos que vão dar continuidade para esse planejamento ao longo  
68 dos próximos anos. Isso tudo tem uma estrutura de suporte e deve ter, conforme está  
69 previsto não só no estatuto da cidade como nos guias que orientam como tem que ser feito  
70 esse processo, que inclui uma base de dados consistente, uma leitura técnica alinhada  
71 com uma leitura comunitária, que é onde entra a visão técnica junto com a visão da  
72 sociedade sobre os problemas, sobre os desafios e sobre as oportunidades no território  
73 municipal. Dentro dessa estrutura da revisão do plano a gente está aqui pontuando que  
74 tem a revisão de dois, que a gente está chamando de modelos, um que seria o modelo  
75 territorial, que é como a gente chama, como a lei se expressa dentro da divisão de bairros,  
76 nas divisões de unidades de estruturação urbana, nas subunidades de estruturação  
77 urbana. E o modelo jurídico de gestão propriamente dito, que é a lei e a maneira como a lei  
78 vai funcionar. Com relação à capacitação a gente está colocando duas dimensões: uma  
79 dimensão conceitual, que depois eu vou explicar o que ela representa para os técnicos; e  
80 uma questão operacional, que é da operação do plano. Essas duas dimensões não são  
81 etapas que vão acontecendo simplesmente em uma ordem ao longo do tempo, mas elas  
82 se alimentam umas às outras. Quando a gente pensa, por exemplo, no modelo territorial,  
83 vai precisar estar alinhado com o modelo jurídico de gestão e também estar oferecendo  
84 dados para a capacitação conceitual e operacional. E assim da mesma forma o modelo  
85 jurídico, da mesma forma a capacitação conceitual tem que estar alinhada com os demais  
86 e a operacional também. Então, nisso a gente fecha um quadro desses elementos, que  
87 são elementos que vão se repetir no que a gente está colocando o que seriam as duas  
88 fases da revisão do Plano Diretor. Nessa primeira fase que a gente tem pontuado, que vai  
89 acontecer até março do ano que vem, tem como resultado essa minuta da primeira fase,  
90 que é o que a gente está chamando. E na dimensão do modelo jurídico traz o modelo de  
91 gestão, com relação à parte do território os diagnósticos e com relação à capacitação a  
92 gente se concentra em uma capacitação mais conceitual, que são os elementos da nova  
93 agenda urbana nos objetivos de desenvolvimento sustentável e na questão da gestão de  
94 uma maneira mais ampla. Aqui eu trouxe algumas ilustrações para a gente poder  
95 consensuar o que a gente entende dentro de cada um desses grupos. Com relação ao



96 modelo de gestão a gente está falando do nosso sistema de planejamento, que se a gente  
97 pegar no plano do que ele é composto: a questão da estrutura administrativa. Os canais de  
98 participação de onde faz parte o Conselho. Os planos de ação regional que tem se  
99 discutido. Instrumentos básicos do plano. Um sistema de informações. O sistema de  
100 avaliação de desempenho urbano, que é como a gente chama o monitoramento, que  
101 nunca chegou a ser implantado da maneira para dar suporte a essa revisão, mas que  
102 acredita-se que tem que se resgatar esse conceito. A definição de ações políticas e demais  
103 instrumentos. Isso é o que hoje faz parte do sistema de planejamento, mas muito desses  
104 elementos não estão regulamentados, não estão bem estruturados na lei atual. Eles  
105 previam um detalhamento e uma conceituação que muitas vezes não aconteceu. Com  
106 relação aos diagnósticos, pensando nas sete estratégias do plano que estão pontuadas  
107 aqui, da estruturação urbana, da mobilidade urbana, do uso do solo privado, da  
108 qualificação ambiental, promoção econômica, produção da cidade e o próprio sistema de  
109 planejamento, tudo tem relação com o território. E essa discussão dos diagnósticos que  
110 apontem o que tem que estar composto em cada um desses itens, também faz parte da  
111 primeira fase. Aqui eu trouxe uma imagem, porque a gente muitas vezes discute o que a  
112 gente estabeleceu, os 12 temas que estão pontuados aqui no centro, que foram objetos de  
113 uma oficina que a gente realizou aqui no CMDUA no ano passado ou retrasado, em 2017.  
114 Faz mais tempo do que eu pensava. Então, a gente já tinha batido eles com as 07  
115 estratégias do plano e com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, que são  
116 compromissos que estão vindo também para essa revisão do plano. Então, só para fazer  
117 uma demonstração gráfica de começa as coisas estão relacionadas. Com relação à  
118 capacitação, que a gente está chamando de conceitual, aqui os dois principais objetivos  
119 que são trazer a leitura dessa nova agenda urbana e de como esses elementos estão  
120 incorporados, essas indicações de medidas que são propostas na nova agenda urbana  
121 estão alinhadas dentro do plano e devem estar alinhadas com o processo de planejamento  
122 de Porto Alegre. E os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável com foco no objetivo  
123 11, que são as cidades e comunidades sustentáveis. A gente tem um trabalho que a gente  
124 fez uma correlação mais detalhada de planilhas, estabelecendo onde que esses itens têm  
125 influência uns sobre os outros e que a gente pode também disponibilizar. A ideia é  
126 disponibilizar também para a sociedade. Com relação à segunda fase, a gente colocou  
127 aqui a legislação da segunda fase, porque vai vir muito das indicações que virão da  
128 primeira fase. No modelo jurídico ela vai representar algumas regulamentações e  
129 detalhamentos. No modelo territorial, que a gente chama como dentro da cidade essa  
130 legislação se organiza, as indicações para o modelo e também a introdução da escala  
131 intermediária. E com relação à capacitação a gente está chamando que aqui seria mais  
132 voltada para a parte operacional de sistemas e da plataforma de dados, sistemas de  
133 indicadores que estão sendo propostos. Então, aqui no sistema de planejamento estaria  
134 detalhando, a gente até tem um exemplo do *have*, que não foi regulamentado, enfim,  
135 instrumentos que seriam detalhados nessa segunda fase. Com relação ao território e as  
136 indicações das escalas intermediárias, eu trouxe um exemplo para gente começar a  
137 discutir, mas que eu entendo que vai ser o objeto que vai aparecer muitas vezes dentro da  
138 nossa discussão, sobre o que o que se espera que venha dessa escala do bairro plano. A  
139 gente tem hoje, por exemplo, no nosso modelo espacial e dentro dos mapeamentos do  
140 plano um corredor, que seria uma Avenida Parque na Juca Batista, que hoje já tem uma  
141 realidade consolidada, de certa forma com algumas modificações que surgiram. E como é  
142 que, então, esse desenho acontece ao longo dessa via para que possa resgatar esse  
143 conceito ou o conceito deveria ser outro hoje? Então, essa escala do bairro é o que a



144 gente chama dessa aproximação de escala, de trazer essas estratégias que estão  
145 previstas. Nesses mapas que são um mapa em uma escala muito maior, enfim, que a  
146 cidade está menos detalhada, para mapas onde a gente consegue realmente ter um  
147 desenho de solução, para que realmente tenha essa configuração que foi pensada na  
148 maior escala. Quando a gente fala na capacitação operacional e de sistemas, aqui eu  
149 trouxe duas imagens, uma é a gente conseguir analisar. A gente até recebeu um e-mail  
150 hoje de um cidadão em relação ao plano, questionando as horas de sombra que se causa  
151 em indeterminada as ruas. Então, a gente tem que ser capaz de no momento de tomar  
152 uma decisão de planejamento avaliar esses impactos na cidade, para daí poder estar  
153 dando uma resposta de acordo. Aqui ele está mostrando em uma cor mais para o azul  
154 escuro as maiores horas de sombra e onde está mais claro é onde tem mais horas de sol.  
155 Modelos de visibilidade também, que a gente já testou em alguns casos, mas muito  
156 pontuais, hoje eles não fazem parte da rotina do planejamento e a gente acredita que eles  
157 deveriam fazer para testar os impactos dos projetos. Este ponto seria um observador e  
158 tudo isso que está em verde aqui é o que esse observador consegue enxergar. Então,  
159 eventualmente, algumas fachadas não estão, e no momento que eu coloco o edifício mais  
160 alto em algum ponto posso estar bloqueando a visual de algum outro ponto de interesse.  
161 Então, isso é o que estamos chamando, que seriam esses modelos para testar o impacto.  
162 Isso tudo em conjunto tem que nos permitir essa construção de um plano, que mesmo  
163 vindo em duas etapas consiga se completar e dar uma continuidade no planejamento.  
164 Essa é a ideia que está sendo trazida. E aqui a gente até trás no final essa questão, que a  
165 leitura comunitária, a gente acredita que seja uma oportunidade para atualizar muitos dos  
166 dados que a gente tem hoje e validar a leitura que a gente tem, principalmente, na escala  
167 do bairro, que a gente tem uma percepção talvez mais detalhada, alguns a gente precisa  
168 contar com a colaboração da sociedade para poder construir uma base que seja suficiente,  
169 para a gente poder chegar nesse nosso objetivo do núcleo, da revisão do Plano Diretor.  
170 Era mais ou menos isso. Eu falei que era rápido. (Aplausos). Obrigada. Eu não sei se a  
171 ideia é já abrir para questões ou se a gente envia. **Luiz Antônio Marques Gomes**  
172 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vamos fazer uma rodada  
173 de perguntas, Começando aqui pelo Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente),**  
174 **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos.  
175 Parabéns pela apresentação. Acho que é bastante interessante. A minha perguntar é bem  
176 simples, é uma parte mais operacional mesmo, se esses estudos vão estar disponíveis  
177 quando tiverem discutindo as questões mais específicas dos planos, assim, de regiões, ou  
178 é só um exemplo de cada setor? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria**  
179 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Isso durante o processo  
180 ou depois? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio**  
181 **Grande do Sul - SENGE/RS:** Durante o processo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª**  
182 **Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A  
183 ideia, até vou pedir a ajuda da Patrícia para complementar, mas eu entendo que a ideia é  
184 publicizar o máximo possível, conforme for validado. Eu entendo que antes de validar  
185 algumas coisas assim, sempre tem que passar por alguma análise técnica, só para aferir a  
186 validade da informação; mas o processo tem que ser todo mais transparente possível.  
187 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
188 **Sustentabilidade – SMAMS:** A nossa ideia é ter um site, a gente já está organizando isso,  
189 que nesse site toda informação correlata, na medida em que a gente for produzindo ela  
190 seja alimentada nesse site. A gente só está tendo um problema logístico, até vamos ver,  
191 tivemos a greve da PROCEMPA, mas acontecem essas coisas. Então, talvez tenha um



192 pequeno atraso, mas a ideia é logo em seguida termos esse site com todos os dados  
193 organizados e transparentes. Até para continuidade depois, vai estar disponível. **Livia**  
194 **Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**  
195 **UFRGS:** Na verdade, eu achei muito boa a tua apresentação, mas a minha pergunta é  
196 mais de ordem conceitual, porque quando a gente tem algum tipo de proposta,  
197 principalmente no caso de um Plano Diretor, essas revisões ocorrem com base no estudo  
198 crítico do existente. Então, a minha pergunta seria: em cima de que tipo de avaliação do  
199 plano anterior existe para que se esteja caminhando em alguma direção? A outra questão  
200 é: o que se pretende? Aquela pergunta básica – a cidade que queremos. E a outra questão  
201 se trata dos orçamentos, porque tem uma base ali na NAU e a NAU é cheia de propostas  
202 interessantes, a Nova Agenda Urbana, mas não detalha e nem aponta, nem sequer faz  
203 qualquer tipo de referência aos orçamentos. É impossível a gente pretender fazer qualquer  
204 alteração sem ter nenhum tipo de orçamento. Então, não é uma pergunta para ti, mas é  
205 uma questão para gente refletir. A partir do que, a partir de que crítica ou de que questão  
206 relevante que precisa ser alterada, a partir disso, que nós estamos trabalhando? E o que  
207 se pretende com isso? E a terceira questão é do orçamento, porque eu acho que isso  
208 precisa estar envolvido na discussão, porque a NAU é um problema para todo mundo. O  
209 fato de dizer que nós temos que alcançar tal objetivo, ninguém é contra alcançar o tal  
210 objetivo, a questão é como. E esse “como” não é só um caminho que se percorre, mas é  
211 investimento que se faz. Então, eu colocaria isso para a gente pensar, porque não dá para  
212 a gente sair caminhando sem norte. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria**  
213 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sobre a primeira  
214 questão, com relação ao diagnóstico, a gente trabalhou, até como foi bem lembrado pelo  
215 pessoal aqui do Conselho, em 2017 a gente fez aquela oficina com relação aos 12 temas.  
216 A gente tem trabalhado os diagnósticos setoriais e uma leitura do plano, é até isso que a  
217 gente fala, que seria a escala do bairro. Isso meio que personifica sim o que a gente  
218 acredita que foi o *gap* que ficou entre as estratégias do plano e o plano regulador, que hoje  
219 os próprios técnicos não se sentem... Sabem que muitas vezes a aplicação da lei pura e  
220 simples não está atendendo as estratégias do plano, mas não encontram no plano  
221 parâmetros para que as estratégias se realizem. Então, porque os parâmetros estão  
222 descoladas dessas estratégias. Por isso a gente trouxe essa escala do bairro, mas a gente  
223 até pode trazer para a discussão algumas coisas do diagnóstico e consolidar ele também  
224 com o Conselho. Eu acho que poderia ser bem interessante, a gente está partindo desse  
225 princípio, mas a gente também tem nessa cooperação com a ONU previstas uma série de  
226 diagnósticos, inclusive, um plano. Ele tem um nome diferente, mas eu vou chamar de  
227 plano de ação, porque agora não me recordo exatamente qual foi o nome final que ficou.  
228 Seria justamente para prever o que seriam as prioridades, quais seriam os recursos que  
229 teriam que ser alocados, a relação do Plano Diretor com a lei de diretrizes orçamentárias,  
230 com o orçamento do município. É para que todas essas coisas, como estão previstas de  
231 certa forma no estatuto da cidade, mas que não chegaram a ser implementadas, se  
232 consiga ter uma relação de aplicação de recursos com a transformação da cidade que se  
233 espera. Tudo isso também é para ser consolidado, eu estou falando o que a gente tem  
234 como retrato até, então. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do**  
235 **Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu vi ali a referência que a Vaneska fez sobre  
236 capacitação conceitual e operacional dos técnicos. Então, nós temos dentro disso um  
237 cronograma de cursos para formação dos técnicos. É isso que está proposto? **Vaneska**  
238 **Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
239 **Sustentabilidade – SMAMS:** Faz parte, como uma cooperação técnica que é feita com a



240 ONU, um dos princípios é a troca de conhecimento e a expertise deles para contribui para  
241 que a gente melhore os nossos processos e melhore a maneira como a gente pensa no  
242 planejamento. Então, esse cronograma existe hoje de forma preliminar e não quer dizer  
243 que ele se restrinja. O foco dele é os técnicos para poder dar essa continuidade no  
244 planejamento da cidade, mas tem alguns eventos que a gente está pensando que seriam  
245 para todos; inclusive, para a comunidade. A gente pode pensar também em alguma coisa  
246 voltada para o Conselho que ainda não discutiu. O Conselho tem histórico de ter  
247 capacitações. Então, a gente pode pensar da mesma forma algo nesse sentido. **Mark**  
248 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
249 **SOCECON/RS:** Sobre a Nova Agenda Urbana, dei uma olhada, são 18 itens, o  
250 detalhamento disso vocês têm? Deve ser um mundo de informações. **Vaneska Paiva**  
251 **Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**  
252 **– SMAMS:** Todos os itens que a gente está pontuando que fazer parte da revisão, a gente  
253 fez uma correlação com a Nova Agenda Urbana, não sei agora de cabeça, tem uns 400  
254 itens ou mais. E existem alguns que tem mais a ver com medidas, outras são questões  
255 mais conceituais. A gente fez essa divisão, acho que isso também é algo que a gente pode  
256 trazer para discussão, de como a gente está entendendo que isso teria que ser  
257 incorporado e como isso poderia ser efetivado através de ações no âmbito do plano. **Mark**  
258 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
259 **SOCECON/RS:** E eu gostaria também de entender, porque tu fazer uma referência a uma  
260 leitura comunitária. Como que se objetiva ou se concretiza essa leitura comunitária?  
261 **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
262 **Sustentabilidade – SMAMS:** A gente começou a conversar através das regiões de  
263 planejamento para pensar uma abordagem. Se a gente pensar em uma pirâmide para ir  
264 detalhando até o ponto, a nossa ideia, a nossa intenção é chegar até o detalhamento pelo  
265 menos do bairro. Então, a gente está pensando em uma aproximação da sociedade  
266 através de algumas camadas. Isso é algo que a gente começou a discutir com os  
267 representantes das regiões de planejamento, a gente também quer discutir com os  
268 delegados do OP e com outras representações de associações dos bairros. A gente tem  
269 algum mapeamento de agentes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
270 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu trago mais  
271 algumas preocupações, são questionamentos para reflexão. Eu ia começar a falando no  
272 diagnóstico, mas já falaste. Eu não sei se tem algum documento, alguma coisa sobre esse  
273 diagnóstico? Se tiver seria bom que pudesse nos passar, que eu acho que é o início.  
274 Assim, como um médico, que a primeira coisa que faz é um diagnóstico do paciente para  
275 depois poder seguir o seu prognóstico, o tratamento. Uma das questões que me preocupa  
276 e aqui no Conselho a gente tem batido muito, não é propriamente o plano, a formação do  
277 Plano Diretor, mas também é o descasamento entre o Plano Diretor e o tratamento  
278 técnico, vamos dizer assim, dos assuntos. Eu vou citar dois exemplos que para mim são  
279 muito importantes, assim, para exemplificar, um é o processo da Phorbes, um loteamento  
280 lá no aeroporto. Se tu pegares e interpretar o Plano Diretor hoje, ele não deveria nem  
281 entrar, ou muda o plano, ou não, tem alguma coisa errada. O outro é o processo do  
282 Internacional. Tu mesmo falaste da questão da sombra, do meio ambiente. Quer dizer,  
283 existe um descasamento, eu acho que isso é uma preocupação. Eu sei que tu não tens  
284 essa resposta, mas eu trago para nossa reflexão. Quero dizer que não adianta fazer um  
285 plano excelente se a gestão do plano for ruim, se a gestão do plano é ruim, não tem plano.  
286 Na verdade, eu falo como ex-funcionário, eu não estou atirando pedras, porque eu mesmo  
287 passei por isso, eu também sou responsável por esse processo. No momento que o plano



288 diz uma coisa e a gente faz outra, a gente eu digo Prefeitura, não tem sentido ter plano.  
289 Outra questão que eu trago para reflexão, a primeira vez que a Patrícia falou, parece que  
290 existe uma preocupação maior no próprio detalhamento do plano, no desenho urbano e  
291 com ênfase nas áreas públicas. Eu acho que está correto também, mas me parece que  
292 existe um... Eu não sei se é uma linha, aí eu acho que é uma linha deste governo, uma  
293 despreocupação com a parte regulamentada, ou seja, aí valem os exemplos anteriores.  
294 Vem um grande um grande projeto, tipo Phorbes, aquilo ali passa a ser a regra, vem um  
295 grande interesse, tipo Internacional, aquilo ali passa a regra. Ou seja, parece que está se  
296 propondo, ou melhor, não sei se propondo, mas que está indo para uma  
297 desregulamentação e o mercado se regulamentando, que é uma questão ideológica que  
298 tem aí. Todo mundo sabe dessa discussão de fundo entre um mercado que se  
299 autorregulamenta, um governo, um poder público que se regulamenta e etc. Isso é uma  
300 preocupação que eu vejo muito forte, eu acho que é uma orientação, pelo que eu sinto, de  
301 tratar mais a questão do desenho urbano das áreas públicas, do desenho da avenida,  
302 como tu mesma citaste da Juca Batista e etc. E a minha pergunta: tem alguma coisa que  
303 está sendo discutido em relação à regulamentação, um diagnóstico do que tem hoje sobre  
304 o regime urbanístico, sobre essas questões? É isso. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique**  
305 **(2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –**  
306 **SMAMS:** Eu acho bem colocada essa questão de que a gente tem que pensar muito bem  
307 estruturado o sistema de gestão de planejamento, que é o sistema de gestão que é como  
308 é aplicada a lei. E a gente entende que existe um descolamento, por isso se lê as  
309 estratégias, às vezes os projetos podem parecerem indo contra, algumas estratégias,  
310 porque as regras não estão bem estruturadas para responderem. Em alguns casos a gente  
311 vê que existem inconsistências e isso faz parte, é uma parte do diagnóstico, mas como eu  
312 comentei, a gente está prevendo que vão ser realizados os diagnósticos técnicos, que eu  
313 entendo mais detalhados por pessoas de especialidades, de outras especialidades que  
314 não são arquitetos. E isso faz parte desse escopo do projeto com a ONU, porque a gente  
315 tem o nosso diagnóstico que foi feito por um grupo de arquitetos e que com certeza pode  
316 ser qualificado por outras áreas do conhecimento. **Darci Barnech Campani (Titular),**  
317 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde a  
318 todos. Eu vou dar uma pequena complementada na fala do Hermes, não sei se vai ser  
319 contrária à fala do Hermes, que colocou a questão do diagnóstico como primeiro passo. Eu  
320 coloco diretrizes como primeiro passo, onde tinha o diagnóstico e as diretrizes vinham lá  
321 adiante. Quando tu lê as diretrizes vai olhar no diagnóstico, algumas diretrizes não tinham  
322 sido diagnosticadas. Então, como a gente não está fazendo plano pela primeira vez, as  
323 diretrizes já estão no plano anterior, tem que ver se estão ou não. Então, diz de  
324 participação popular na gestão do plano, é uma diretriz ou não é? Então, acho que  
325 primeiro a diretriz e depois o diagnóstico, para gente poder ter consolidado. Essa questão  
326 do público e privado, eu concordo com a posição do Hermes, acho que a gente tem  
327 constantemente nos últimos meses aí passado por algumas situações que nos obrigam a  
328 voltar a há séculos atrás. Hoje em uma aula que eu estava na UFRGS tive que ouvir  
329 Benjamin Franklin, um dia desse eu tive que ler a mensagem que está no túmulo do  
330 Abraham Lincoln, porque nós estamos vivendo algumas posições políticas que estão  
331 expressando a nossa sociedade anterior a Abraham Lincoln e Benjamin Franklin,  
332 infelizmente. A questão do neoliberalismo, essas coisas, leiam o que está lá no túmulo do  
333 Lincoln, ele estava mais avançado do que alguns posicionamentos que a gente tem  
334 escutado. E essa questão do público e privado parece que já estava bem resolvido lá  
335 atrás. Qual é a porcentagem de solo que é público? Nós vamos fazer um plano para a



336 minoria, a gente vai priorizar o público sobre o privado? Que eu saiba a maior parte do solo  
337 da cidade está em mãos privadas, não em mãos públicas. Eu acho que a gente pode estar  
338 querendo arrumar uma coisa e desconcertar outra. E uma pergunta, porque estivemos lá, a  
339 Patrícia esteve com a gente, eu acho que a primeira coisa que tem que fazer é responder a  
340 uma pergunta simples: que cidade nós queremos? Como que se encaixa nessa  
341 metodologia toda? Responder isso. O plano atual tem uma previsão, que eu não sabia que  
342 tinha já um número de 4 milhões de habitantes que caberiam em Porto Alegre. Alguém  
343 aqui quer morar em uma cidade de quatro milhões de habitantes? Alguém gostaria de  
344 morar em uma cidade maior que Belo Horizonte? Eu vou a Belo Horizonte, eu não gosto  
345 de Belo Horizonte pelo tamanho que já está, Porto Alegre com 1,5 milhão para mim já deu,  
346 já está no limite. A primeira pergunta é: que cidade que eu quero? Eu quero morar em uma  
347 cidade de quantos habitantes? Quantas pessoas cabem neste espaço geográfico? Ele tem  
348 morros, se tem morro a mobilidade fica dificultada, isso geográfico, é físico, é estudo  
349 técnico, mas a gente não tem ainda. Eu acho que é isso sim, a ferramenta tem que nos  
350 trazer isto nesta cidade para termos determinado nível de qualidade de vida. Eu poderia  
351 admitir “x” habitantes, levando em consideração outro problema, população gaúcha está  
352 estagnada e a porto-alegrense mais ainda, há um bom tempo. Nós vamos apostar em uma  
353 cidade que vai investir no aumento do êxodo do interior para a capital. É essa a nossa  
354 proposta, criar mais e mais meios que as pessoas venham do interior para morar aqui na  
355 capital. É uma maneira que a gente tem de fazer gestão, isso o Plano Diretor tem que  
356 prever, tem que ser uma diretriz que tem que estar lá. A gente quer aumentar ou não quer  
357 aumentar o tamanho da cidade? Cabe mais gente ou não cabe mais gente? Se a gente  
358 acha que cabe mais gente a gente vai fazer todo o esforço possível para aumentar o êxodo  
359 rural, aumentar o êxodo das pessoas que estão vindo, que poderiam vir, continuar vindo do  
360 interior; mas os dados demográficos nos mostram que Porto Alegre está, se não me  
361 engano, seria 2050 o ano em que a população do Rio Grande do Sul daria a volta e  
362 começaria a diminuir fisicamente. Nós já estamos estagnados, daqui a pouquinho vai  
363 começar a diminuir o número de pessoas que moram aqui. Então, que demografia é essa?  
364 Ela tem que ser uma demografia científica, com dados concretos. Nós estamos crescendo,  
365 nós estamos estagnados ou nós vamos ir e nesta curva tem uma volta daqui a pouquinho  
366 e onde que a gente vai fazer uma cidade para 4 milhões de pessoas? Se edifica para 4  
367 milhões de pessoas e hoje nós já temos em Porto Alegre algumas áreas da cidade que  
368 são verdadeiras cidades fantasmas. (Manifestação fora do microfone de visitantes). **Luiz**  
369 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
370 Desculpe. Nós temos uma ordem e quem fala são os conselheiros. Obrigado. **Vaneska**  
371 **Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
372 **Sustentabilidade – SMAMS:** Se eu posso responder ao conselheiro, acho que uma das  
373 questões bem importantes é essa questão da gente revisar as estratégias do que está  
374 hoje no plano, porque ele foi pensado, e foi de uma forma democrática, estabelecido o que  
375 está ali, principalmente na parte estratégica, que muito foi discutido. Então, eu acho que é  
376 um ponto de partida, a gente está considerando que é um ponto de partida, entender o que  
377 dali se realizou, o que poderia ser mais detalhado. Essa questão da população também,  
378 porque a partir do momento que a gente prevê uma população que é muito maior, a gente  
379 pode acabar desconcentrando a ocupação, e isso traz uma série de problemas, como a  
380 gente viu. E se eu lembro, porque estou tentando responder todas as questões, que no fim  
381 eu não peguei para anotar. Acho que a outra questão que é bem importante, que a gente  
382 fala do resgate do espaço público, o detalhamento do espaço público. Eu acho que é muito  
383 no sentido de que se a gente pegar os primeiros planos de Porto Alegre, desde os planos



384 de melhoramentos, houve um abandono sucessivo do espaço público, que antes era o  
385 foco. Então, acho que a questão toda é a gente conseguir regular o foco para poder nas  
386 duas dimensões trazer uma qualidade urbana para Porto Alegre. Eu acho que é nesse  
387 sentido que se fala dessa questão do espaço público. A gente tem os espaços públicos de  
388 Porto Alegre, que hoje são referências, mas eles foram pensados há muito tempo. O que  
389 existe de novo que foi pensado nesse sentido? Então, acho que é nesse sentido que a  
390 gente fala. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
391 **Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Eu só gostaria de saber se esse material vai ser  
392 disponibilizado para nós. (Manifestação fora do microfone). Então, tá, obrigada! **Felisberto**  
393 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a  
394 todos e a todas. Eu quero parabenizar a Vaneska pela apresentação. E se a gente pode  
395 contribuir no sentido de estabelecer alguma proposta nesse planejamento que vocês  
396 apresentaram para a discussão do plano. Eu vejo dois aspectos fundamentais: primeiro, o  
397 que o Campani levantou, e o Hermes também, que é o diagnóstico da realidade que nós  
398 temos em Porto Alegre e como os planos atuaram sobre a cidade, se melhorou ou se  
399 piorou. Eu acho que isso é fundamental, ter essa visão. Eu tenho uma opinião, eu acho  
400 que muitos aqui tem, que o que a cidade não obedeceu o plano, piorou a cidade. Ao invés  
401 de melhorar a cidade, não por culpa do plano, mas por não obedecer o plano, porque com  
402 todos os aspectos que a gente pode ser contrário ao plano, o plano tinha as estratégias e  
403 muitas dessas estratégias não foram obedecidas. E foi um plano discutido, e foi um plano  
404 que saiu do consenso possível na época, lá em 1999. Em 2009 houve uma revisão, mas  
405 que acrescentou aquilo que a cidade ou os setores da cidade não tinham conseguido no  
406 projeto, feita a avaliação com o plano que existia. Então, modificaram alguma coisa, que  
407 no meu no meu ver e de muitas pessoas, piorou a cidade. E é importante a gente voltar a  
408 se preocupar com os planos regionais, a questão da identidade dos bairros, como se criou  
409 aquele bairro, saber a história do bairro e respeitar a memória daqueles bairros, senão se  
410 perde a autenticidade de uma cidade. Então, eu acho que o plano, e vocês, os técnicos da  
411 Prefeitura, e nós, vamos ter que ter capacidade de perceber isso. Tenho um amigo que diz,  
412 e eu concordo em gênero, grau e número, que diz assim: “A gente não deve se preocupar  
413 muito em modernizar a cidade e sim resolver os problemas que a cidade já tem”. Não é  
414 possível uma cidade que arrecada 08 bilhões e não ter a capacidade de administrar  
415 adequadamente esses recursos. E com mais os financiamentos que se busca. Só a renda  
416 que essa cidade produz, o PIB desta cidade, poderia fazer esta cidade de ser muito melhor  
417 do que é. E muitas vezes o que a gente a prova aqui prejudica a cidade, cria problemas ao  
418 invés de melhorar. E a gente vê os megaempreendimentos que pioram um bairro e que  
419 tiram as características dos bairros, que não se ouve a comunidade. Eu estava vendo o  
420 Paulo Jorge hoje na nossa reunião da tarde, ele colocando isso. Um baita empreendimento  
421 do Zaffari na Aparício e ele sendo culpado pela região por estar aquele monstrengo lá. E  
422 passou por aqui! Aí se negociou a contrapartida. Então, a gente não pode fazer uma  
423 cidade preocupada com as compensações. Eu acho que este Conselho, o plano vai ter  
424 que também... (Sinalização de tempo esgotado). Estou concluindo. Para finalizar, nós  
425 temos que também discutir as questões de como fazer as compensações, não pelos  
426 técnicos só, mas ouvindo também a comunidade envolvida, porque muitas vezes os  
427 técnicos pedem medidas que em vez de melhorar a região, pioram a região. Então, eu  
428 acho que isso tem que haver e este momento é importante, e não perder a característica  
429 de uma cidade democrática e participativa. Nós estamos em um momento histórico muito  
430 difícil, e eu estava lendo uma notícia agora que censuraram mais uma apresentação do  
431 Eduardo Galeano, a Caixa Econômica Federal... (Sinalização de tempo esgotado).



432 Concluindo. A questão política é fundamental neste momento também. E o plano é uma  
433 questão política, a cidade que queremos. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente),**  
434 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acredito  
435 que uma questão com relação aos diagnósticos, que bem me lembrou a Arquiteta Renata,  
436 que faz parte aqui da equipe que está trabalhando na revisão do plano, nessa estruturação  
437 do plano de trabalho; que a gente está estruturando os diagnósticos também de acordo  
438 com as estratégias do plano, alinhado com os ODS e com os 12 temas que a gente  
439 discutiu. Então, a gente espera que esse diagnóstico, a expectativa, e acho que está tudo  
440 alinhado para que deem respostas às questões que fazem parte de sistemas no plano.  
441 Com relação à questão de como as demandas da comunidade podem estar articuladas,  
442 isso para mim também tem a ver com o sistema de gestão. Até tem um item que a gente  
443 colocou, que é a relação da sociedade com plano, como são esses canais de participação  
444 e como que isso pode estar articulado com o que é pensado pelo planejamento. Então,  
445 acho que está alinhado. **Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação,**  
446 **Organização da Cidade:** Eu acho que está bem explicado o conceito que vai ser adotado.  
447 Dentro do que comentou, inclusive, o Hermes e o próprio Campani, a questão da gestão  
448 aplicada, de fato, o que realmente dá para fazer de fato com o que nós temos dentro das  
449 ações e dentro do plano regulador. Eu acho que é muito importante fazer essa reflexão  
450 para poder também colaborar com a administração pública, porque se os projetos  
451 demoram, se tem algum problema é porque alguma coisa está errada na gestão aplicada.  
452 Daí gera sim a excepcionalidade, que é o que geralmente vem para o plano. A  
453 excepcionalidade de altura, a excepcionalidade de alguma mudança dentro do Plano  
454 Diretor. Pensando dentro do público e privado, o público tem que garantir a infraestrutura  
455 da cidade, todo mundo reclama que tem muito carro na cidade, que não tem avenida  
456 apropriada, que falta espaço público, que falta isso, que falta aquilo. Se não tiver o  
457 investimento privado não vai acontecer, até porque esses projetos, se nós analisarmos  
458 dentro do parcelamento do solo, fracionamento, o que for, ele já paga um valor bem  
459 significativo para o município para fazer isso. Se nós avaliarmos no parcelamento do solo,  
460 olha o valor que custa para fazer a aprovação de um projeto, 20% de um empreendimento  
461 que for, seja grande ou pequeno. Então, o investimento privado é superimportante para  
462 nós garantimos a estrutura da cidade, porque o irregular não gera recurso, o irregular só  
463 gera prejuízo. Nós temos que entrar nesse conceito e tem muitas áreas irregulares em  
464 Porto Alegre, e vai ser muito difícil do DEMHAB atender toda essa demanda em muito  
465 pouco espaço. Também temos outra situação, que é em relação da cidade intensiva e a  
466 cidade rarefeita. E no meio disso temos a parte da zona rural, que engessou a cidade em  
467 direção ao Extremo Sul, a zona rural, porque se nós analisarmos e fizemos o  
468 levantamento, a maioria não planta nada lá na zona sul. A maioria não planta por quê?  
469 Porque tem grandes aglomerados de população no entorno que os produtores não tem  
470 condições de plantar, porque as pessoas roubam o seu produto. Então, nós temos que  
471 analisar muito bem também a questão da zona rural que prejudicou vários  
472 empreendimentos, de empreendedores que fizeram investimento para colaborar junto à  
473 cidade. Eu posso citar o caso da Bolognesi na Edgar Pires de Castro, ia dar 652 unidades  
474 para o município, para o DEMHAB, para aplicar na regulação fundiária, foi barrado por que  
475 estão na zona rural, onde tinha uma AEIS em cima e não foi garantido a AEIS em cima, já  
476 tinha projeto aprovado com EIA RIMA e outras grandes coisas. Então, assim, é muito  
477 complicada essa questão da zona rural, que foi um acordo na época de manter todas as  
478 AEIS que estavam em cima e não foi cumprido. Então, só colocar alguns pontos também  
479 sobre a cidade intensiva e rarefeita, que a gente vai ter que trabalhar melhor esta cidade



480 rarefeita, porque nós temos grandes avenidas que são rarefeitas dos dois lados. Posso  
481 citar Costa Gama, Gedeon Leite, Edgar Pires de Castro e tantas outras aí que são  
482 rarefeitas e têm a estrutura já formatada e poderia ter outro grau de atendimento dentro  
483 desse novo regulamento que está para ser implantado com a reforma do Plano Diretor.  
484 **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**  
485 **Sustentabilidade – SMAMS:** Com relação a essas questões que a gente coloca, do rural  
486 e de algo que tem características de intensiva, como são as habitações de interesse social,  
487 acho que tudo isso tem que vir de diagnóstico que a gente espera que seja mais  
488 consolidado. Então, daquilo que eu já pontuei. Eu acho que uma questão também que a  
489 gente está trazendo para a abordagem do plano é como se dá a transmissão entre essas  
490 áreas de intensiva e a rarefeita, como se dão as transmissões de diferentes atividades,  
491 que são questões que a gente tem que pensar, que as coisas não simplesmente acabam  
492 se começa uma nova. Então, aqui neste ponto é rarefeita, daqui para cá é intensiva e  
493 como é que essas duas componentes se relacionam no território, de forma que não traga  
494 prejuízo, que seja sustentável. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e**  
495 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Então, saudar a  
496 apresentação feita aqui no conselho, acho que é um dos espaço corretos a serem  
497 colocados à discussão. E também reforçar um pouco o que o Hermes tinha colocado, que  
498 quando a gente monta um plano tem que conseguir criar extrato de participação, senão  
499 acaba ficando um plano no papel, como a gente vê uma boa parte do nosso Plano Diretor  
500 e que as pessoas não entendem, ou não foi dialogado com os setores da sociedade. Ele  
501 acaba ficando como outros planos, como um plano desenvolvimento Rural, outros que  
502 acabam não conseguindo fazer nenhuma crítica e nem um processo de construção  
503 participativa a ponto de as principais instituições concordarem ou discordarem do plano  
504 pelo simples fato de não conhecê-lo. Então, é importante a gente estar nesse processo,  
505 que vocês vão cansar de apresentar isso, mas é importante que seja feito. Talvez a gente  
506 pudesse aproveitar para trabalhar algumas questões que estão colocadas nos objetivos de  
507 desenvolvimento sustentável, como as unidades de conservação que temos na cidade, os  
508 corredores ecológicos para criar esse diálogo. E talvez aproveitar essa oportunidade para  
509 realmente conseguir fazer esse diálogo com os objetivos do desenvolvimento sustentável,  
510 que não é o que a gente vê hoje na cidade de Porto Alegre. É justamente o contrário, nós  
511 estamos discutindo com apoio parlamentar uma comunidade com uma mineração aqui do  
512 lado, por exemplo, entre outro projeto de desenvolvimento que passam neste Conselho  
513 fácil. Propostas de desenvolvimento, somente econômico e não sustentável, que passam  
514 aqui semanalmente. Então, que a gente consiga assim fazer essa discussão crítica e  
515 talvez pensar bem, aproveitar o momento para evoluir um pouco nas ferramentas de  
516 indução da função social da propriedade, poderiam demarcar áreas com AEIS, que já  
517 estão ocupadas, que são ocupações antigas. Pensar algumas formas de acordo com a  
518 sociedade, aproveitar o momento de debate, que é esse, ou os próprios vazios urbanos.  
519 Têm zonas na cidade que são completamente abandonadas e nós não implementamos o  
520 estatuto da cidade, que é de 2001. Poderíamos trabalhar também a perspectiva do IPTU  
521 progressivo no tempo, entre outras coisas, que consigam realmente fazer com que, já que  
522 se as áreas estão abandonadas, só à mercê da especulação imobiliária, que a gente  
523 consiga criar um substrato de regulatório de fato da cidade, de repente aproveitar o  
524 momento do Plano Diretor para gente já conseguir alguns avanços nessa tentativa, que é  
525 uma tentativa de décadas da sociedade civil. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (2ª**  
526 **Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**  
527 Sim. Acredito que quando a gente fala de detalhar alguma regulamentações, essa parte



528 dos instrumentos que estão previstos no estatuto, que hoje muitos deles são até  
529 anunciados no plano, mas muitos deles não estão regulamentados para poderem ter essa  
530 função, fazerem a propriedade cumprir essa função social em relação aos imóveis  
531 abandonados, alguns levantamentos que a gente precisa fazer para entender melhor como  
532 que pode ajudar nessa questão do déficit habitacional. Eu acho que é uma questão que faz  
533 parte de um dos itens dessa parte da caracterização da necessidade habitacional. E a  
534 outra questão é essa parte dos corredores verdes, a gente até colocou corredores verdes,  
535 azuis, trazendo outros conceitos, unindo as unidades de conservação, unindo as unidades  
536 para poder criar essa rede que, efetivamente, possa funcionar dentro de um sistema  
537 ecológico, de integração das áreas de preservação. Eu acho que isso também está faz  
538 parte do escopo. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do**  
539 **Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite. Arquiteta Vaneska, muito obrigado por sua  
540 apresentação, foi muito sintética e resumida, realmente. Sabemos que nós arquitetos  
541 gostamos de falar muito, se somos professores é pior ainda, temos três ou quatro horas  
542 falando a mesma coisa e não terminamos, mas você em 15 minutinhos conseguiu resumir  
543 em grande parte o que é o início de um processo metodológico. Eu vejo que você  
544 apresenta algo que do meu ponto de vista como pesquisador urbano que sou também, é  
545 um avanço já apresentado pela Patrícia na Prefeitura. Metodologicamente já se vê que  
546 está tomando um corpo importante dentro deste processo. Eu acredito que ainda falta,  
547 porque é um processo coletivo, participativo, metodológico, que tem que tomar corpo com  
548 diversas regiões que vão ter com cada uma das instituições ou com o próprio coletivo aqui  
549 do CMDUA. É importantíssima a revisão como próprio nome diz “revisão do Plano Diretor”,  
550 que se começa pela revisão dos modelos. E aí vai muito mais para a cidade que  
551 queremos, para onde vamos e etc. etc. etc. Então, essa revisão do modelo traduzido  
552 através dessas 08 diretrizes que vão regular todo o processo construtivo de Porto Alegre é  
553 importante realizar. Primeiramente, esse modelo do segundo PDDUA é correto ou não é  
554 correto? Essa filosofia implantada é correta ou não? E logo a recém começar a aprimorar  
555 outros tipos de situações, que não aconteça como uma vez uma experiência própria, no  
556 (Inaudível), onde tive a oportunidade de palestrar como conselheiro pela UFRGS, quando  
557 Alexandrino de Alencar, membro da Odebrecht, falou: “Vocês teóricos professores não  
558 sabem nada”. E eu falando de que deveríamos ver o perímetro urbano, devemos controlar  
559 a densificação, nós devemos densificar a cidade, mesmo que não se saiba nada, que  
560 sejamos simples teóricos. Era o processo, o mercado que regularia isso, expandir a cidade  
561 para onde queremos realmente. Então, esse era o pensamento de alguém que nesse  
562 momento está preso pela Lava Jato. Então, essas coisas não poderiam e não podem  
563 acontecer neste momento e neste processo de revisão. Então, os estudos críticos de  
564 diagnóstico têm que ser aprimorados, algo que tem uma deficiência. E eu ia falar um  
565 pouquinho com a Patrícia sobre isso, que quando tu constróis um processo de revisão do  
566 Plano Diretor Urbano ou plano de mobilidade, de acordo com as novas tecnologias e novas  
567 normas de fazer um plano, tu começa com três grandes coisas: primeiro, tu tens que  
568 montar um comitê de executivos, tu tens que montar primeiro um comitê gestor e um  
569 comitê de acompanhamento desse Plano Diretor. Por que isso? Porque dentro do comitê  
570 executivo tem que estar o prefeito, e se o prefeito não se engajar dentro de todo esse  
571 processo não vale para nada. É o prefeito quem tem que liderar toda esta comissão com  
572 esse tipo de coisas. O Plano Diretor de uma cidade existe porque envolveu o prefeito e  
573 todo o comitê dentro de todo esse processo. Então, é algo que não está traduzindo dentro  
574 do processo metodológico. Algo que não vi e que me parece importante traduzir também  
575 são dois aspectos fundamentais, que acho que, às vezes, tem que trabalhar com a PUC,



576 que é a parte da inovação e tecnologia. É algo que não se vê claramente como esses  
577 conceitos que agora a gente vem discutindo, formam parte de todo esse processo. É algo  
578 que cidades como Campinas, como São Paulo já implementam e a gente tem realizado um  
579 processo de revisão. Então, vamos esperar 10 anos para recém incluí-los? (Sinalização de  
580 tempo esgotado). Então, é algo que acredito que seja importante. E a capacitação é algo  
581 fundamental para que realmente isso possa ser construído. Obrigado. **Luiz Antônio**  
582 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Esses  
583 arquitetos quando largam o verbo... (Risos) **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente),**  
584 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu estou  
585 achando ótimo, porque quando eu entrei aqui em 2015 logo fui conselheira, porque já tinha  
586 experiência de uns 10 anos também em planejamento. Eu era suplente na época, ainda  
587 permaneça como suplente e acho que muitas vezes o conselho não se detém para discutir  
588 essas pautas que são realmente de planejamento, porque acabam tendo outras pautas  
589 que surgem. Isso é uma questão que a gente tem que trabalhar para resgatar dentro do  
590 modelo do Conselho, que se discuta, a ideia é que seja assim também. A gente até tem  
591 algumas sugestões de pautas que a gente queria trazer para discutir mais  
592 conceitualmente, alguns temas também dentro do foro do conselho. Com relação a essa  
593 questão, eu não vou conseguir responder todas as questões, infelizmente, mas com  
594 relação a essa questão do comitê é uma questão que a gente está se debruçando agora,  
595 porque no próprio projeto de cooperação técnica com a ONU é uma exigência que se  
596 tenha essa organização, essa estrutura, esse quadro institucional e esse  
597 comprometimento, esses níveis de atuação para poder fazer a gestão da revisão do plano.  
598 Como ainda não estava consolidado não veio, algumas coisas não estavam consolidadas,  
599 não foram mostradas aqui hoje. A questão da inovação, a gente tem um detalhamento em  
600 que a gente acredita que são conceitos que tem que nortear. Especialmente, colocamos na  
601 questão da mobilidade, na qualificação ambiental, mas acredito que em todos... Eu vou  
602 ceder a palavra, porque eu acredito que a colega pode completar também. É a Arquiteta  
603 Renata Saffer, que integrou a nossa equipe, está trabalhando direto na Diretoria do  
604 Planejamento Urbano, junto com a Arquiteta Patrícia. **Renata Saffer (Arquiteta),**  
605 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Na  
606 questão da inovação e tecnologia a gente propõe que tenha um diagnóstico voltado para  
607 isso, de qual é a cidade que queremos, incluindo essa questão de inovação tecnológica e  
608 de uma cidade inteligente. Então, acho que nesse diagnóstico a gente vai entendendo  
609 como a gente está colocado, a gente até discutiu um pouco sobre isso, que Porto Alegre  
610 tem uma grande capacidade intelectual, que ela deveria ser usada nessa questão de usar  
611 os recursos pessoais e inteligentes para tornar a cidade inteligente. Então, a gente colocou  
612 isso como um tema de diagnóstico e de propósito também, tudo que tem diagnóstico a  
613 gente quer propor alguma coisa em cima. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente),**  
614 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Essa questão  
615 que tu estavas falando é a questão da subutilização de repente da nossa capacidade  
616 técnica e com tantas universidades, com tantos mestres, doutores, enfim, que poderiam  
617 estar auxiliando nas soluções urbanas. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),**  
618 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. Eu gostaria de  
619 fazer uma colocação indo de encontro ao que falou o Emerson. O Plano Diretor,  
620 basicamente, trabalha com a cidade formal e nós temos grande parte na informal. Então, a  
621 gente precisa ver e estudar formas de regulamentar a questão da regularização fundiária.  
622 Nós temos uma grande parte da parcela da população porto-alegrense que está aquém do  
623 sistema municipal, carente de recursos das mais variadas ordens, praticamente todos os



624 recursos. É sempre uma gambiarra para resolver a questão de energia, questão de água,  
625 questão de acesso, questão de hospitais e etc. Nós temos “n” situações. E hoje uma  
626 situação bem apresentada dentro do DEMHAB e da própria Prefeitura é a questão da  
627 regularização fundiária. É trazer parte do cidadão porto-alegrense de volta para dentro do  
628 sistema da Prefeitura para que ele possa ter condições de ser cidadão. Nós temos  
629 companheiros, colegas nossos, amigos nossos, parentes nossos que estão em áreas  
630 irregulares. Então, como que nós vamos fazer essa formatação, essa regulamentação de  
631 trazer formas de trazer de fato a regularização fundiária? E não somente a própria  
632 regularização fundiária, mas também a habitação de interesse social. A Prefeitura tem um  
633 déficit monstruoso em relação às habitações populares. Aí nós temos também as áreas  
634 intensivas e rarefeitas. Para que avançar sobre se não temos infraestrutura? Por que não  
635 utilizar os espaços urbanos? Nós temos uma série de situações, nós temos discutir que  
636 discutir isso, porque não adianta dizermos a cidade que queremos, se estamos falando só  
637 daquela que é regular e que grande parte da população não tem nada e é carente de tudo.  
638 Então, vejam bem, temos que achar e discutir formas de regulamentação nesta revisão do  
639 Plano Diretor para que a gente possa trazer a cidadania a essas pessoas que estão em  
640 área irregular. Eu acho que essa é uma dos principais situações que devem ser revistas,  
641 analisadas e trazer formas de como resolver essa situação, e não são poucas. Há vilas  
642 irregulares em Porto Alegre. A questão ambiental dos corredores ecológicos, nós temos  
643 hoje na questão dos parques e as unidades de conservação, ela já protege praticamente  
644 todo o perímetro do município, da sobreposição das áreas de amortecimento da própria  
645 unidade de conservação. Isso aí também causar uma fragilidade da análise técnica, por  
646 exemplo, junto a CETARF, a Comissão de Regularização Fundiária. Hoje não se tem uma  
647 segurança jurídica para se fazer a própria regularização fundiária em muitas áreas da  
648 cidade, por conta do grande, porque quando se pegou a Lei do SNUC, se pegou que tem  
649 que ter uma zona de amortecimento dessas unidades de conservação varia de 2 a 10 km e  
650 sempre se optou pelo máximo. Então, a cidade hoje está fechada como, tecnicamente, tu  
651 não poderias fazer nenhum empreendimento sem a anuência das unidades de  
652 conservação. Então, vejam bem, é interessante que nós tenhamos uma análise  
653 preocupante de realmente buscar junto aos técnicos, também com a Secretaria de Meio  
654 Ambiente e Sustentabilidade para dar principalmente segurança jurídica, que é o que  
655 realmente está faltando para poder fazer essas modificações. E uma regulamentação é  
656 fundamental para a regularização fundiária e habitação de interesse popular nessas áreas  
657 que nós temos que resolveram. Obrigado. (Aplausos). **Vaneska Paiva Henrique (2ª**  
658 **Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**  
659 Com certeza, essa questão da regularização fundiária, quando a gente começou a tratar  
660 com a ONU Habitat, justamente traz a questão da habitação no centro, não só o habitar,  
661 mas como a pessoa se desloca no espaço, acesso a serviços básicos, a infraestrutura. A  
662 gente também pontuou uma questão que, mesmo nessas soluções que são hoje de  
663 habitação de interesse social, existe pouca integração com o tecido ou a maneira como  
664 elas acontecem na cidade. Então, são todas as questões que a gente vai ter que visitar e  
665 com certeza a regularização fundiária, considerando o percentual que ela representa do  
666 que é a nossa cidade. **Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão**  
667 **de Planejamento Oito – RGP. 8:** Oi, boa noite. Eu queria só falar um pouquinho sobre a  
668 regularização fundiária, que por mais que se crie métodos, eu acho que a gente tem que  
669 criar, tem que pensar de que forma torna isso possível. O interesse maior, claro, é da  
670 pessoa que está lá vivendo de uma maneira irregular, mas o governo também tinha que  
671 criar um interesse maior, que penso eu que ele tinha que ter o interesse, porque vai



672 arrecadar caso as áreas fiquem regulares. Daí eu queria citar o exemplo da Pitinga, que  
673 está lá há 20 anos com projeto um projeto pronto dentro da PGM e não destranca. E as  
674 pessoas querem pagar, as pessoas querem contribuir. Então, foi feito todo o trâmite que a  
675 Prefeitura solicitou durante esse período e não se consegue. Então, acho que tão grande é  
676 o interesse do morador de poder contribuir, mas a Prefeitura eu não entendo porque, acho  
677 que ela tinha que facilitar ou se empenhar mais para quando chegue lá não se crie novos  
678 entraves, porque nesse tempo que foi feito o processo, e eu conheço outros que tem uma  
679 situação parecida, quando você chegava no final daquela situação que pedia para ser  
680 resolvida se criava novas situações e assim ia. Eu não sei se isso não passa pelo plano.  
681 (Manifestação fora do microfone). Mas passa antes de ir para a PGM. **Luiz Antônio**  
682 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ele  
683 passa em diversos momentos, diversos episódios. Hoje nós vamos tem um processo que  
684 eu estou relatando vista, inclusive, vou chamar atenção nesse sentido de que é uma  
685 questão que parece secundária, mas é fundamental para a regularização fundiária depois.  
686 **Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito**  
687 **– RGP. 8:** Então, vou deixar uma pergunta, se é possível trazer esse processo para cá  
688 para ser reavaliado e ver quais são os pontos ou não? Depois de ir para a PGM não é  
689 possível? (Manifestação fora do microfone). Enfim, só queria falar um pouco sobre isso,  
690 porque não adianta a gente ficar aqui pensando e rediscutindo se lá na Prefeitura, que  
691 seria o mais interessado em poder arrecadar, sendo que eles não têm interesse, enfim.  
692 **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**  
693 **Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acredito que isso que o Conselheiro Paulo está falando é  
694 bem a questão que a gente está falando sobre a questão da gestão, da transparência dos  
695 passos, assim, eu acredito que tem tudo a ver com a gente deixar isso mais claro e as  
696 pessoas entenderem, a gente poder reavisar esses procedimentos para deixar eles mais  
697 corretos, que possam trazer essa solução. Como tu disseste, é uma via de dois sentidos.  
698 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**  
699 **Sustentabilidade – SMAMS:** Vou fazer um comentário específico quanto à regularização  
700 fundiária, porque eu já tive experiência, né. Então, essa questão do foco na escala  
701 intermediária é um dos maiores beneficiários dessa questão, que é a questão da  
702 regularização fundiária, porque precisa de regramentos específicos, precisa de um olhar  
703 diferenciado para poder se incluir devidamente nas estrutura urbana. O que a gente vê, por  
704 exemplo, aqui hoje, o Plano Diretor não tem padrões que permitam. Então, essa é a  
705 questão da segurança jurídica. Então, no momento em que tu vais olhar um lugar,  
706 considerando a característica dele, considerando que aquilo ali tem aquela forma, que ela  
707 tem uma característica especial, vamos dizer assim, e a gente até já discutiu com o  
708 DEMHAB. Tu podes permitir que aquela comunidade se insira adequadamente dentro da  
709 estrutura urbana, reconhecendo aquela estrutura como ela é. Só que para isso a gente tem  
710 que ter parâmetros específicos e isso tem, a gente trabalhando nessa escala é uma  
711 oportunidade que temos para poder colocar de maneira contínua esse tipo de ocupação do  
712 território devidamente na estrutura urbana. É isso. **Livia Teresinha Salomão Piccinini**  
713 **(Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Tenho uma questão  
714 sobre a transparência do processo, porque quando eu penso que tem pessoas que estão  
715 discutindo hoje o Plano Diretor de Porto Alegre e eu penso na Prefeitura, posso pensar na  
716 Patrícia, em ti, enfim, de algumas pessoas. Eu acho que quando a gente pensa no  
717 Conselho a gente também consegue pensar, as entidades que estão aqui e tal. Várias  
718 vezes tu referiste, e a gente sabe que está acontecendo isso, que é nós discutirmos com a  
719 ONU. Então, o que é a ONU? É um consultor? É uma metodologia? É um grupo de



720 pessoas? Eles se encontram em uma sala? Como funciona? Como que a ONU discute  
721 isso aqui? Eu gostaria de ter esse entendimento do processo mesmo. Quem é a ONU?  
722 Quem representa aqui? Isso é um convênio da Prefeitura? É um consultor? É um grupo de  
723 consultores? É uma metodologia que existe, internacionalmente, e circula por aí? É  
724 específica para Porto Alegre? Eles têm um conhecimento particular do Brasil? Como que  
725 funciona isso? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
726 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Fazendo os esclarecimentos, sugiro encerrarmos esta  
727 pauta agora, porque é o início de uma série de reuniões que nós vamos pautar em cima da  
728 discussão do plano. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do**  
729 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho que a questão, hoje a gente  
730 está discutindo com os representantes da ONU Habitat no Brasil. E esse trabalho é  
731 formatado a partir de um projeto de cooperação técnica, que estabelece de acordo com  
732 regras, a Prefeitura faz uma proposta do que a partir do diagnóstico que foi elaborado  
733 precisa ser contemplado na revisão do plano, mas existe uma liberdade depois dentro do  
734 organismo nacional de quais são as metodologias que vão ser adotadas para propor  
735 soluções aos problemas elencados. E os técnicos, na verdade, a seleção das pessoas que  
736 diretamente vão trabalhar com esses temas faz parte de uma etapa posterior desse projeto  
737 de cooperação técnica, que daí é através de uma metodologia de seleção do próprio  
738 organismo da ONU. **Patrícia da Silva Tschöepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**  
739 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É importante complementar, porque é uma  
740 cooperação técnica, exatamente com esse objetivo da gente trabalhar com a Agenda  
741 Urbana, os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Só que a cooperação ainda não  
742 se efetivou. Então, a partir do momento em que ela se efetivar, aí sim vai ter uma ampla  
743 divulgação, a gente vai vir aqui com os com os representantes da ONU, eles vão fazer  
744 cursos, a gente vai fazer uma série de rodadas aqui com a ONU. **Lívia Teresinha**  
745 **Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:**  
746 Exatamente essa é a questão, porque várias vezes foi falado na ONU, quem é? Onde  
747 está? Em que sala eu posso encontrar? Eu posso encontrar? Isso dá transparência ao  
748 processo, deixa claro para todo mundo com quem nós estamos falando. **Patrícia da Silva**  
749 **Tschöepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –**  
750 **SMAMS:** Neste momento nós estamos em tratativas. **Vaneska Paiva Henrique (2ª**  
751 **Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A  
752 questão é que hoje nós estamos estabelecendo quais seriam os perfis que teriam que  
753 fazer parte desse projeto, é isso que nós vamos estabelecer. (Manifestação fora do  
754 microfone). É através do modelo do projeto de cooperação, de repente a gente pode  
755 disponibilizar alguns arquivos, também ter outras conversas. **Luiz Antônio Marques**  
756 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros,  
757 quero agradecer profundamente a apresentação da Vaneska, da Patrícia, o auxílio da  
758 Renata. Nesta etapa foi um momento raro em que nós conseguimos fazer uma discussão  
759 qualificada e focada na questão da revisão do Plano Diretor. É a primeira do início ao fim.  
760 Os demais conselheiros que não são das regiões de planejamento, eu quero comentar que  
761 a equipe da discussão do Plano Diretor, da revisão do Plano Diretor, está colocando o  
762 espaço dos conselhos regionais como a maneira de se comunicar hoje com a população  
763 de Porto Alegre, estabelecendo o canal, a vinculação com as comunidades, através dos  
764 conselhos regionais. Eu acredito que tenha alguma coisa adiante também para as demais  
765 entidades não governamentais. Eu imagino, mas neste momento já se estarteou, já iniciou  
766 o processo, nós vamos começar com agenda de reuniões nas comunidades, com a  
767 agenda proposta pela Prefeitura; ou seja, finalmente se estarteou a questão. O que eu



768 lamento é que essa discussão nós poderíamos estar com ela já há 2 anos tranquilo com o  
769 pessoal da Prefeitura, com os técnicos da Prefeitura e com os conselheiros do Plano  
770 Diretor. Lamentavelmente, por questões políticas, decisão do governo, esse processo foi  
771 adiado, chegando ao limite. Hoje nós vamos trabalhar, inclusive, com um cronograma  
772 bastante apertado para tentar atender a lei, porque nós estamos atendendo uma lei  
773 federal. Vamos fazer o máximo para que isso ocorra, sempre preocupado que isso não  
774 tenha prejuízo à discussão necessária para fazer a revisão Plano Diretor. Agradeço mais  
775 uma vez a vocês, excelente discussão e nós vamos continuar dentro do que for  
776 necessário. Seguindo a pauta, tu tens alguma Questão de Ordem, Felisberto? **Felisberto**  
777 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Exatamente,  
778 para contribuir, eu tenho um cartão do representante da ONU e eu vou disponibilizar a este  
779 Conselho. Eu tive a felicidade, eu vou explicar porque e vai ficar nos anais, a gente vai  
780 entender porque eu tenho. Eu participei do evento do Seminário dos 30 anos do OP...  
781 (Falas concomitantes). Pessoal, vamos escutar, porque é sério isso. Lá estava o  
782 representante da ONU. No final da apresentação dele eu pedi para que ele me desse o  
783 cartão, porque eu queria que ele viesse a este Conselho. Então, eu quero reiterar, quero  
784 que fique isto na ata, que chame o representante da ONU e que assinou o protocolo e  
785 também quero que o Pacto Alegre venha a este Conselho, porque no protocolo de  
786 intenções o Pacto Alegre assinou. Quem é o Pacto Alegre? Seremos nós os “patos  
787 alegres”? É isso e obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**  
788 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Senhores Conselheiros, por favor, existia um pedido de  
789 inversão de pauta, eu tinha um contrato, em função de que só eu tenho 04 processos de  
790 vista para apresentar e eu não queria prejudicar mais. São, relativamente, rápidos, porque  
791 eu estive vendo por cima da pauta aqui, a gente mata isso com certa tranquilidade, não  
792 atrapalhamos o andamento dos processos e depois continuamos com as comunicações.  
793 Então, a minha proposta, se tu manténs a proposta de fazer a inversão. Eu faço o  
794 contraponto de não fazer a inversão e nós irmos para a Ordem do Dia. Então, vou colocar  
795 em votação a proposta de inversão de pauta. Em processo de votação, quem concorda  
796 com a proposta de inversão de pauta do Felisberto e do Paulo Jorge, por favor, que se  
797 manifeste. Obrigado. Quem não concorda com a inversão de pauta? Empatou. O  
798 desempate é feito pelo Presidente. Não vai ter inversão de pauta. **4. ORDEM DO DIA.**  
799 Então, vamos lá. (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**  
800 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE  
801 ORDEM. Sobre a reunião de amanhã que está convocada, convidadas as entidades. Eu  
802 fiquei sabendo que algumas entidades não vão poder participar. Amanhã está convocada  
803 uma reunião para tratar do Plano Diretor. Conversando com outras entidades também, eu  
804 até confirmei a minha presença, eu gostaria de vir, mas eu estou com dificuldade de vir. Eu  
805 acho que essa discussão deveria ser trazida para dentro do Conselho, nós temos  
806 dificuldade de ter mais uma reunião. Então, eu sugiro que essas descrições sejam feitas  
807 aqui dentro do Conselho. Hoje foi uma bela discussão sobre a revisão do Plano Diretor.  
808 Então, a gente reserva uma hora para fazer o Conselho do Plano Diretor e o resto tratar de  
809 processos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
810 **Seis – RGP. 6:** Hermes, quem tomou essa posição de fazer uma discussão individual com  
811 todas as entidades, é uma questão muito pessoal do Germano. Ele está fazendo isso, está  
812 indo a todas as entidades, que eu me lembre já estive no SENGE, estive com a ABES,  
813 com a Acesso, na METROPLAN. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
814 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer, amanhã é  
815 diferente, amanhã é uma reunião com as entidades, várias entidades foram convidadas,



816 não é uma reunião individual. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**  
817 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Estou colocando que ele está fazendo isso e outras  
818 ações. Então, fica prejudicado o encaminhamento, mas procurem falar diretamente com  
819 ele. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**  
820 **Ambiental – ABES/RS:** Só para complementar também e ficarem as duas propostas na  
821 mesa e não falar só uma. Na reunião na ABES, até atendendo a preocupação da Lívia,  
822 não é que a gente não queira vir na reunião, não é que a gente ache que não tenha que ter  
823 reunião, mas eu sou professor da UFRGS, a Lívia é professora da UFRGS, a gente já vem  
824 uma vez por semana aqui, que é às terças-feiras. Nós não temos nada contra chamar  
825 terça-feira uma, duas horas antes da reunião, mas vir duas vezes aqui a gente vai ter  
826 dificuldade, vamos ficar muito apertados. Então, estamos pedindo que cancele a reunião  
827 de amanhã, mas que chame terça-feira que vem, que a gente possa vir mais tranquilos.  
828 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**  
829 **RGP. 6:** Eu vou pedir para a secretária fazer um contato agora com o Germano. Quantos  
830 conselheiros de entidades não governamentais estão pedindo o cancelamento da reunião?  
831 Então, quantos conselheiros estão pedindo? Não, tu és do governo, Lívia. (Manifestação  
832 fora do microfone). Federal, tu és do Governo Federal. Tem dois representantes do  
833 Estado... (Falas concomitantes). Conselheiro, a Ordem do Dia, o Item 4.01, o interessado é  
834 o Sport Club Internacional, continua em diligência na PGM. **Hermes de Assis Puricelli**  
835 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:**  
836 Presidente, eu queria fazer uma consideração sobre este processo. Eu gostaria de  
837 combinar, eu vou repetir o que já disse em outra reunião, não vale mais falar de prazo de  
838 conselheiro. este processo faz, praticamente, dois meses que foi para a PGM para assinar  
839 um parecer que existia, segundo o nosso secretário. O parecer, inclusive, é citado pelo  
840 Arquiteto Patrick, da SMDE. Então, era só para assinar ou formalizar, formalizar significa  
841 botar dentro do processo, o parecer existia, mas parece que não é bem assim. A PGM está  
842 há dois meses para botar um parecer dentro do processo? Então, qualquer conselheiro  
843 que ficar 15, 20 dias, vamos combinar e falar de prazo. Na reunião passada, só para não  
844 faltar com a verdade, o Secretário citou que o governo resolveu retirar de pauta. Então, até  
845 a semana passada estava faltando o parecer da PGM, semana passada parece que ele foi  
846 retirado de pauta, ficou em *stand by* para que fosse votada a lei primeiro, isso a palavra do  
847 secretário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
848 **Seis – RGP. 6:** Mas o processo está em pauta, está aqui. A diligência, salvo melhor juízo,  
849 eu fiz o pedido de uma delas, inclusive, defendi aqui, não é para anexar um parecer. É  
850 para que faça, que responda uma série de questões que nós levantamos, eu levantei, o  
851 Felisberto levantou, quem mais? Acho que éramos três. As questões que eu levantei não  
852 estão no parecer. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
853 **Um – RGP. 1:** APARTE. Eu sou um dos que pediu o parecer da PGM. Eu estou  
854 aguardando para dar o meu parecer sobre o projeto, desde que venha o parecer da PGM.  
855 E reitero o que o Hermes falou, já disseram que tinha o parecer da PGM, eu não vi esse  
856 parecer. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
857 **Seis – RGP. 6:** Eu li todo o processo e não vi também. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**  
858 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mas disseram que tinha, só que  
859 ninguém viu esse parecer. Depois que vier o parecer eu quero vista para apresentar o meu  
860 parecer. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
861 **Seis – RGP. 6:** Correto, é o que acontece. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**  
862 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Hermes, a gente sabe que não é  
863 isso, dizer que como estão demorando vamos demorar também. (Manifestação fora do



864 microfone). Mas tu sabes que não é isso! Eu não sei, ele comentou... Quero dizer que tu  
865 sabes o que está acontecendo, que o secretário se manifestou e não disse que ia tirar de  
866 pauta, ele poderia. Então, Então, o que eu acho que a gente poderia encaminhar aqui é o  
867 seguinte, para ele deixar claro, porque fica desconfortável um processo aqui muito tempo.  
868 Eu mesmo sugeri isso na reunião passada, se fosse acontecer isso que ele retirasse.  
869 Então, eu acho que tem que pedir esclarecimentos, porque realmente não fica bem um  
870 processo aqui tanto tempo. Está entendendo? Então, tem que pedir um esclarecimento e  
871 uma postura sobre esse processo. Eu estou pedindo que tirei, tomem uma decisão e o  
872 governo vai decidir, ou mantém, ou retira. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região**  
873 **de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Conselheiros, eu até ia fazer uma proposta  
874 nesta reunião, mas o presidente titular não está, eu ia aguardara presença dele. O que eu  
875 trago em relação a este processo? O seguinte, eu acho que o conselho tem que voltar a  
876 fazer um debate sobre este projeto. Não é possível, estão os dois lados agora, eu diria,  
877 que é a oposição ao projeto, que são os contra cidade. Eu acho que quem não está a favor  
878 de um projeto como este está contra a cidade. Então, a minha proposta é que haja um  
879 debate entre os conselheiros deste Conselho para acabar essa novela, porque não é  
880 possível. Eu trago aqui uma matéria da Zero Hora, onde dois conselheiros deste Conselho,  
881 representando o Conselho, vão lá e dão um depoimento contra o projeto, contra a cidade.  
882 Bom, se demorar muito eu sou um que vou retirar o meu parecer favorável, porque já foi  
883 tantas vezes mexido. O relato de vista não foi até hoje completado. Pô, nós estamos  
884 desmoralizando o próprio Conselho. Então, a minha proposta como representante de uma  
885 região, se demorar muito mais tempo vou retirar, não sei como, se é possível, vou retirar o  
886 meu parecer. Isto não é uma ameaça, estou tratando com muita seriedade, porque não é  
887 possível as pessoas cada dia estarem procurando mais coisas para botar defeito. Então,  
888 anula tudo, começa do zero e vamos embora. Não é possível que dois conselheiros na  
889 escuridão, por trás dos corredores, façam declarações contra o projeto e Conselho não  
890 está sabendo disto. Estão representando este Conselho! Estão desmoralizando o próprio  
891 Conselho aqui. Estão falando em nome do Conselho. Está aqui, o Sr. Felisberto e o  
892 Presidente do IAB. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios**  
893 **de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Tu disseste que tinha só quatro  
894 processos, nós não invertemos a pauta para seguir, isso aqui não tem nada a ver. Por que  
895 estamos discutindo este assunto agora? Por favor, continue no 4.02. **Luiz Antônio**  
896 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Os  
897 conselheiros querem discutir e o Felisberto foi citado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação**  
898 **Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Nós não vamos tratar dos quatro  
899 processos que tu disseste que tem vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**  
900 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Perguntarem se eu era favorável ou contra o  
901 projeto, eu apenas disse que o processo estava com vista à PGM para dar um parecer e a  
902 jornalista me perguntou qual a minha opinião. Eu dei a minha opinião e disse porque eu  
903 era contra. Bom, esse é um direito que eu tenho e discutido com o Fórum de Delegados da  
904 minha região. E ninguém vai me cercear o direito de me manifestar em qualquer lugar, em  
905 qualquer veículo, a hora que eu quiser e como eu quiser. Não vão me censurar! Que  
906 procure o jornal e dê a sua versão, agora, não cercear. Chega de censura! **Luiz Antônio**  
907 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
908 Obrigado. Os conselheiros acham que precisam continuar sobre esse assunto? Eu não  
909 vou cortar a palavra de ninguém. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**  
910 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** QUESTÃO DE ORDEM. Esta pauta está em  
911 diligência. Então, o snehor não pode contituar com essa discussão, porque está em



912 diligência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
913 **Seis – RGP. 6:** Desculpa, conselheiro. Isso não existe! **Emerson Gonçalves dos Santos**  
914 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**  
915 **Ambiental – OP-HOCDUA:** No meu entendimento, desde o início, inclusive, nós  
916 conversamos com a própria Patrícia e o secretário, esse processo não deveria estar na  
917 discussão no momento, porque tem um processo paralelo na Câmara. Então, é um  
918 desgaste que estamos tendo aqui, não precisaria nem estar nessa situação. Na verdade, o  
919 processo está cada vez mais sendo prejudicado em relação à apresentação. O rito nós  
920 vamos ter que seguir, Adroaldo. Se vai demorar 8, 9 meses, um ano. Entendeu? Então,  
921 nós temos que entender o rito. Não tem cabimento um processo estar toda semana na  
922 pauta e não vai ser discutido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**  
923 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Conselheiros, o Item 4.02. Este processo  
924 também está em diligência na PGM. Deixa eu entender, o interessado é José Frizon, é um  
925 desgravame de traçado viário. O 4.03, eu peço auxílio do Hermes para assumir os  
926 trabalhos, porque eu quero fazer um relatório de vista. **Hermes de Assis Puricelli**  
927 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então,  
928 é o Processo 4.03, Condomínio Iguatemi Corporate, é aprovação de EVU para atividade de  
929 heliponto. É pedido de vista do Gomes, representante RGP. 06. **Luiz Antônio Marques**  
930 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É referente ao  
931 Expediente Único 002.249541.00.4. O interessado é o Condomínio para Iguatemi  
932 Corporate, EVU para atividade de heliponto. (Leitura do parecer de vista inserido ao  
933 processo). Eu chamo atenção, porque às vezes pode se pensar que toda a amarração do  
934 projeto ode estar em nível de município e tal, mas essas licenças aqui são as mais  
935 complicadas e mais difíceis. O prédio foi concluído em 2006, em 2011, depois 2015 que se  
936 conseguiu as licenças da autoridade aeronáutica. De acordo com o parecer do relator.  
937 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
938 **Grande do Sul – SAERGS:** O relator foi o Paulo Jorge, com parecer favorável. Então,  
939 passamos à votação? Alguém quer recapitular o parecer do Conselheiro Paulo Jorge?  
940 Não? Então, em votação o processo de aprovação de EVU para atividade de heliponto no  
941 Condomínio Iguatemi. Quem é favorável? Quem é contra? (Contagem de votos = 00  
942 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O**  
943 **PARECER FAVORÁVEL DE EVU.** O próximo o Conselheiro Gomes é relator de vista.  
944 Então, é o Item 4.04, não vou ler o número, todo mundo acompanha o processo. O  
945 interessado é Evaldi Muller, recurso administrativo para obter alvará de licença para  
946 construção de imóvel, Rua Deputado Astério de Melo, 690. O relator foi a Tânia, pedido de  
947 vista da RGP 06, 05, SINDUSCON. Então, eu pergunto se os representantes da  
948 SINDUSCON e RGP. 05 apresentam o relator de vista hoje? (Manifestação fora do  
949 microfone). Abre mão do pedido de vista o SINDUSCON. E a RGP. 05? (Manifestação fora  
950 do microfone). Está pedindo mis uma semana. Então, eu vou colocar em votação.  
951 (Manifestação fora do microfone). Então, passo a palavra a RGP. 06. **Luiz Antônio**  
952 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
953 Referente ao Expediente 002.337533.0.1, recurso administrativo de licença para  
954 construção. Interessada é a Evaldi, é uma senhora. O processo foi relatado pela RGP. 04.  
955 Esse recurso administrativo está aqui porque foi negado nas instâncias administrativas, o  
956 demandante recorre a nós. É uma situação que talvez a solução esteja com a gente para  
957 um problema que eu considero um grave descompromisso do Município de Porto Alegre  
958 com seus moradores. Esse local onde está sendo negado o direito da pessoa, aprovar um  
959 projeto e regularizar essa construção, é um loteamento aprovado em 1961. Muita gente



960 conhece lá o São Caetano, o São Caetano 1, o São Caetano do Sul 2. Existe naquele  
961 loteamento regular, inclusive, um padrão excelente de construção, de moradia, o local é  
962 muito bacana, mas ele foi atingido em certo momento pelo código florestal, que  
963 determinava a questão das APPS e o topo de morro. Porém, o topo de morro quando em  
964 regiões densificadas, regiões urbanas, é dado o poder ao município de tramitar através de  
965 comissões. Talvez o Furtado possa nos melhorar a explicação. É direito de determinar se  
966 ali é topo de morro ou não. O topo de morro não é simplesmente pela cota em áreas  
967 urbanas. Então, o que acontece? Hoje nós temos naquela região, eu tenho a minha casa  
968 com o licenciamento e a do lado não, a do lado nega, outros sim, outro não, quem sabe. O  
969 que eu entendi de fazer e trago como proposta para vocês? Eu estou propondo uma  
970 diligência a SMDE no sentido de que nos apresente a situação de diversos imóveis que  
971 estou dominando aqui. Então, eu estou nominando assim, que se faça a diligência à SMDE  
972 para informar se os seguintes imóveis têm projeto aprovado ou licenciado e se têm Habite-  
973 se. Primeiro, na Rua Lydia Monteiro, que é uma rua que estava em cota superior à cota do  
974 caso do demandante, na Rua Lydia Monteiro, 405, 445, 455, 350, 450 e 530. Na Rua  
975 Deputado Astério de Mello, que é a rua do demandante, os imóveis 550, 618, 520, 710 e  
976 736. Também solicito para que encoste ao expediente o expediente original do loteamento  
977 lá de 1961, que é o Expediente 001.036527..59. Ele é de 1959. Então, eu estou pedindo  
978 para esse caso uma diligência à SMDE, que pode tranquilamente nos informar pelo  
979 endereço que eu estou fornecendo a situação de cada imóvel que é vizinho e que está na  
980 mesma situação, na mesma cota do imóvel que está sendo negado o direito de fazer a  
981 regularização da sua construção. De antemão eu sei que ali tem imóveis que já estão  
982 regularizados, mas eu sei na fofoca, porque disseram, porque o engenheiro que construiu  
983 me disse. Eu quero oficialmente e só vou poder obter essa informação através da  
984 secretaria responsável, que hoje é a SMDE. Então, a minha proposta é colocar em  
985 votação, que vocês aprovem este pedido de diligência. **Hermes de Assis Puricelli**  
986 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então,  
987 está bem claro? Nenhuma dúvida? Então, em votação o pedido... **Tânia Maria dos Santos**  
988 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Só reforçando o porque  
989 eu neguei esse pedido, porque, na verdade, sim, existem outras residências. Foi em 1950,  
990 eu não era nem nascida. Eram normas diferentes, e agora se a gente vai conceder  
991 construção em topo de morro, a gente vai conceder porque naquela época não tinha, acho  
992 que a gente vai abrir um precedente para que outros também façam. Ali vários órgãos  
993 dizem que não, que é proibido. Então, eu achei precedente não abrir esse precedente para  
994 que outros também queiram fazer suas construções, porque é uma baita de uma casa, são  
995 quatro pavimentos, é uma baita de uma mansão no topo do morro. Vai abrir precedente  
996 para que outros também façam. Eu não sou contra, se vocês quiserem fazer a diligência  
997 tudo bem, mas essa é a minha opinião. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato**  
998 **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu aqui vou defender a  
999 diligência, acho que é uma questão de princípio. Sempre que alguém pede mais  
1000 esclarecimentos eu acho que deve ser concedido. Lógico, o plenário tem o direito, mas  
1001 defendo. Em votação, quem concorda com a diligência? **APROVADO.** Então,  
1002 encaminhado para diligência. Fica subentendido que o pedido de adiamento do Paulo  
1003 Jorge, como está em diligência, automaticamente está adiado. Tem mais um teu? Então,  
1004 permaneço aqui. O Item 4.05, o interessado é o Clube do Professor Gaúcho, aprovação de  
1005 EVU, já foi debatido aqui. Pedido de vista da RGP. 01, 05, 06 e ABES. Alguém tem  
1006 condições de apresentar o relatório? Então, pode começar. **Felisberto Seabra Luisi**  
1007 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Na



1008 reunião passada eu pedi uma diligência, que é no sentido do parecer da PGM. Então, da  
1009 PGM, tendo em vista que no parecer da CAUGE não tem assinatura da PGM e no  
1010 processo não tem nenhuma manifestação. E mais um argumento, tendo em vista a  
1011 aprovação do projeto na Câmara para desgravame, eu acho que seria importante também  
1012 a diligência à Câmara de Vereadores, para ver como está a tramitação, se já foi remetido  
1013 para o Prefeito sancionar. (Manifestação fora do microfone). Não, isso é uma opinião. Eu  
1014 estou dizendo que peço. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos**  
1015 **no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer, na reunião passada tu  
1016 pediste diligência à PGM? Não foi anotado. (Manifestação fora do microfone). Mas foi  
1017 pedido, está em ata. Eu não sei se isto está no regulamento interno, mas se foi pedido,  
1018 está em ata. Eu entendo que deva ser concedida a diligência. **Luiz Antônio Marques**  
1019 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Na reunião  
1020 passada acabou havendo uma discussão que saiu um pouco do foco. Na reunião passada  
1021 eu tinha uma posição, e por escrito, eu mostrei para o Felisberto, que perguntou onde  
1022 assinava, mas acabou dando uma você e a coisa foi para outro lado. Qual era a posição  
1023 que eu tinha? Era uma diligência à CAUGE, para que chamasse ao processo o  
1024 interessado, para a partir da novidade que surgiu da aprovação na Câmara de Vereadores,  
1025 que tinha sido no dia anterior, que o interessado pudesse exigir a aprovação total, já que  
1026 desapareceram as duas diretrizes que aprovavam que pegasse o terreno. Não precisava  
1027 ter aquela observação de atender, de ser liberado baseado no artigo 122. Aí ficou uma  
1028 confusão, inclusive, acabei não ficando até o final da reunião. Então, eu concordo contigo,  
1029 Felisberto, que devolva não à Câmara de Vereadores, mas à CAUGE para haver  
1030 manifestação do interessado, sobre essas questões que tu colocaste. (Manifestação fora  
1031 do microfone). Desculpa, Patrícia. O “não precisa” é relativo, o “não precisa” não nos tira o  
1032 direito de mandar para lá. É a mesma coisa o do Internacional. O presidente aqui do  
1033 Conselho me disse mais de uma vez que não precisa questionar a PGM, porque não tem  
1034 lei que aprove o que nós estamos aprovando aqui hoje. Aí tivemos que insistir para que  
1035 fosse para a PGM se manifestar, porque estávamos falando sobre um processo que não  
1036 tinha base legal. Independente de razão... **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**  
1037 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Gomes, tu não está como  
1038 Presidente, ela está esclarecendo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
1039 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu estou retomando a direção  
1040 da reunião. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**  
1041 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pessoal, vamos deixar bem claro para não  
1042 misturar as coisas, o que estamos fazendo aqui. Este é um EVU do Clube do Professor  
1043 Gaúcho. O Clube do Professor Gaúcho, independente da via incidir ou não, é ele que é o  
1044 objeto da pauta. Segunda coisa, veio, como já existe, dois gravames incidentes, existem  
1045 dois gravames que é do plano e que a partir desses dois gravames teve questões que  
1046 foram apontadas. A manutenção desse gravame ali no meio e a parte do fundo, que tem  
1047 uma obra, não sei se está em termo de compromisso, a Gisele pode me confirmar depois,  
1048 se já foi indicado para executar, essa rua que está lá no fundo que não atinge o imóvel. Aí  
1049 tem essa questão, está tudo bem, foi decidido no decorrer desse processo, teve uma  
1050 votação na Câmara sobre retirar os gravames. O que isso impacta nesta aprovação,  
1051 conforme está, do clube? Eu entendo que nada, porque a gente não está neste momento  
1052 mudando a área dele, mas o que o Conselho pode fazer? O Conselho pode neste  
1053 momento aprovar o EVU do clube e recomendar a retirada do gravame. Então, isso aí o  
1054 próprio Conselho pode fazer. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
1055 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado pelo esclarecimento,



1056 mas a gente está discutindo é o pedido de diligência do Felisberto. Tem um relato da  
1057 ABES. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**  
1058 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha proposta de relato resolve o problema de  
1059 diligência. Eu já me posicionei na semana passada. A intervenção da Patrícia, eu concordo  
1060 plenamente, é este Conselho que votou a resolução, é este Conselho que pode revogar a  
1061 resolução. Então, acho que a gente não precisa recomendar, aqui a gente pode já tornar  
1062 sem efeito a resolução. Então, o que eu proponho? Infelizmente, eu escrevi a mão, não  
1063 está muito bonitinho. Então, visando a plena aprovação do EVU, tem o cabeçalho lá, mas  
1064 à plena aprovação do EVU do CPG, sem possíveis restrições que futuramente poderão  
1065 inviabilizar a estrutura do centro, com uma rua cortando e criando uma barreira dentro do  
1066 mesmo, proponho outra redação para os parágrafos 2, 3 e 4, passando à seguinte  
1067 redação: os parágrafos 2, 3 e 4 fazem a aprovação, mas levantam a existência do  
1068 gravame. Então, eu faço outra redação. O início da redação é igualzinho ao que está lá no  
1069 processo: “Com 27.910 m<sup>2</sup> em frente para Avenida Guaíba junto ao trecho sul do calçadão  
1070 de Ipanema, conforme parecer da SMDE, o projeto possui área total de 10.500, onde  
1071 buscando regularizar 7.200. Do reestudo da área torna-se sem efeito a Resolução nº  
1072 1391/91, deste CMDUA, retirando os gravames designados naquela resolução”. Então, é  
1073 só trocar três parágrafos que estão lá no parecer já aprovado pela relatora, afirmando que  
1074 torna sem efeito a Resolução nº 1391, que criou os gravames. Esse é meu voto de vista.  
1075 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
1076 **Grande do Sul – SAERGS:** Tem mais parecer de vista? Patrícia, eu entendo que deveria  
1077 ser feita uma resolução derrubando o gravame, não mudando um artigo, tem que tirar o  
1078 gravame e aprovar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**  
1079 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Por que eu coloquei de apontar? Porque a  
1080 gente tem uma preocupação técnica nesse rito de resolução. Então, para a gente poder  
1081 fazer um mapa direitinho, fazer as conferências dos quarteirões. Então, eu pediria que se  
1082 recomendasse, aí a gente abre um processo e em seguida a gente transmite o  
1083 desgravame, se for o caso. Só tem uma preocupação com aquela via do fundo, tem essa  
1084 questão. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
1085 **Arquitetura - AREA:** Eu tenho uma dúvida, se o processo veio aqui, com parecer, não  
1086 entendo, ou vamos aprovar, ou vamos aprovar com ressalva, é isso? Ou a gente aproveita  
1087 e faz uma diligência? Não estou entendendo. **Darci Barnech Campani (Titular),**  
1088 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O parecer  
1089 aprova o EWWU, só que no meio do parecer ele lembra o gravame. Na minha proposta a  
1090 gente já tira o gravame, por decisão deste Conselho, aí encaminha para a secretaria para  
1091 fazer a burocracia, a resolução. Eu conversaria com a Patrícia no sentido que aqui a gente  
1092 saia com uma decisão, não com uma recomendação, porque este Conselho decide. Como  
1093 vai se viabilizar para uma resolução? Aí a secretaria depois implanta. **Hermes de Assis**  
1094 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**  
1095 **SAERGS:** Eu vou passar para o Gomes ler o relato, depois a gente retoma a discussão.  
1096 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**  
1097 **Sustentabilidade – SMAMS:** Eu só tenho uma manifestação, porque eu tenho uma  
1098 posição diferente, entre a via do meio e a via do fundo, daí proponho que se separe, se for  
1099 o caso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
1100 **Grande do Sul – SAERGS:** Depois a gente volta. Eu vou passar para o Gomes. **Luiz**  
1101 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
1102 (Leitura de parecer de vista inserido ao processo). **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente),**  
1103 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para esclarecer aos



1104 conselheiros a questão desse gravame. Ele é um gravame importante para a região,  
1105 porque vai fazer uma ligação com outro empreendimento que está sendo projetado ao lado  
1106 de onde está o clube. O nosso entendimento da SMDE, esse desgravame através da  
1107 Câmara sem um estudo técnico, primeiro que o prefeito ainda não homologou. Segundo,  
1108 se vocês lerem o as alegações do vereador é uma coisa descabida, sem pé e nem cabeça.  
1109 Eu sugiro que leiam no site da Câmara. E a outra questão é que aqui nós estamos  
1110 discutindo aprovação do EVU do clube. Como bem falou a Patrícia, quem é responsável  
1111 pelo projeto é o clube, se o clube tem a essa decisão já homologada, tem que entrar com a  
1112 modificação desse EVU, senão nós vamos aprovar o EVU como está. A gente não pode  
1113 desgravar e aprovar no mesmo tacho. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de**  
1114 **Transporte e Circulação – EPTC:** Só para registrar o meu apoio à posição da SMDE. A  
1115 EPTC também defende a manutenção, é uma diretriz definida como estruturante daquela  
1116 área. Então, uma coisa tem que ser desvinculada da outra. Se a gente está aqui  
1117 aprovando EVU, a gente não pode na mesma tacada desconsiderar tudo que já foi  
1118 analisado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**  
1119 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer os técnicos da SMDE e EPTC  
1120 defendem que permaneça o gravame, que se aprove conforme foi requerido e depois é  
1121 depois. É isso? Alguém tem alguma posição contrária a isso? **Felisberto Seabra Luisi**  
1122 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, eu mantenho o  
1123 pedido de vista à PGM para que se manifeste sobre a questão da lei que foi aprovada na  
1124 Câmara. Eu não vou aceitar que não se respeita uma decisão da comunidade,  
1125 independente de ter opinião técnica. É uma agressão a uma comunidade que está há  
1126 anos, um empreendimento ao lado que está *sub judice*, em cima de mata nativa e passar  
1127 por uma biblioteca, que para mim é o maior escândalo ainda. Então, eu quero o parecer da  
1128 PGM e reitero que também se remeta um pedido à Câmara de Vereadores para que diga  
1129 como está a tramitação do processo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
1130 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Nós estávamos consultando.  
1131 Felisberto, faz o pedido por escrito. Ao contrário do que eu havia dito, o Regimento diz que  
1132 o pedido tem que ser por escritor ou por email. Então, só para formalizar. Alguém quer a  
1133 palavra? **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação –**  
1134 **EPTC:** Defender a manutenção do gravame não quer dizer que ele vai ser executado  
1135 enquanto atividade de clube esteja lá. Isso é uma diretriz que a gente segue na EPTC,  
1136 sempre que tem uma atividade existente a gente mantém o gravame. A gente não sabe o  
1137 que vai acontecer no futuro, se algum dia alguma outra atividade se desenvolver lá o  
1138 gravame está garantido para a mobilidade da cidade. Manter o registro dele não quer dizer  
1139 que a gente vai executá-lo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**  
1140 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu fiquei preocupado e fiz essa leitura de estar de  
1141 acordo com o parecer da CAUGE, para não deixar dúvida, porque essas outras questões  
1142 que poderão advir são para depois. Tem um projeto que bem disse a colega, ele foi  
1143 aprovado, não foi homologado pelo prefeito. A gente sabe, inclusive, comentei aqui na  
1144 última reunião, que é um projeto bastante oportunista, porque não leva em consideração,  
1145 por exemplo, ao menos de fazer uma renegociação com o conjunto do clube, porque  
1146 poderia se abrir a última ao menos. No momento em que não se abre nenhuma das ruas,  
1147 não tendo abertura de nenhuma daquelas ruas, independente do empreendimento que vá  
1148 ter no lado, sai lá da Juca Batista e vai até a beira do Guaíba, é uma verdadeira barreira.  
1149 Só o terreno do clube está em torno de 500 m, depois deve ter mais outros terrenos. Ou  
1150 seja, nós estamos com uma barreira de mais de 1km ou praticamente 1km sem ter  
1151 nenhuma vascularização. Eu não consigo atravessar para o lado, eu vou ter que fazer, ou



1152 vou lá na Juca, ou vou lá na beira do Guaíba. Então, nesse sentido, a minha posição  
1153 anterior era de devolver o projeto para lá. A Patrícia me convenceu de certa forma que não  
1154 precisava, eu estou convencido que não precisa. Aprovamos como está na CAUGE e se  
1155 alguém vai discutir isso depois não somos nós aqui. Pode ser que volte para nós uma  
1156 discussão, mas não agora, não somos nós que vamos provocar essa discussão, porque eu  
1157 não posso inventar em cima de um projeto que está bem definido. O que for aprovado  
1158 aqui, é um colegiado grande, nós concordamos ou não concordamos. Nós temos essa  
1159 opção. Ok? Eu reforço que se aprove o projeto conforme veio da CAUGE e conforme está  
1160 no meu parecer. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**  
1161 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho o mesmo posicionamento que o  
1162 Hermes, em relação ao processo anterior, se existe algum pedido de vista tem que  
1163 respeitar, porque é sinal que um conselheiro está em dúvida. Quer dizer, em diligência,  
1164 desculpa. Se um conselheiro está em dúvida tem o direito de ser esclarecido. Então,  
1165 quanto à diligência não tenho nada contra. Agora, objetivamente, em 1957 eu nasci e já  
1166 morava na zona sul. Eu já vi neste Conselho aqui muito gravame sendo desgravado, um  
1167 deles que eu fui relator e meu relato foi negado, as conselheiras que estão hoje pela  
1168 Prefeitura não estavam. Eu fiz o cálculo, para chegar no mesmo ponto com o desgravame  
1169 levaria uma hora, a quadra que se criou levaria uma hora para fazer a volta com aquela  
1170 quadra que foi desgravada, com aquele acesso que foi desgravado. Aquela rua que está  
1171 ali, a minha filha tem uma amiga que mora ali, naquele pedacinho de rua que existe, um  
1172 pedacinho de uma das ruas, não vejo ninguém querendo passar por ali, que é que corta  
1173 bem o clube pelo meio. A outra rua hoje tem uma praça, se eu vou aplicar o gravame vou  
1174 ter que tirar uma praça da comunidade, quero ver se essa comunidade é a favor de tirar a  
1175 praça hoje nas realidades que a gente vive. Hoje a tranqueira da zona sul não tem nada a  
1176 ver com aquele trecho, aquele trecho ali vai ser meia dúzia de carro que vão passar ali,  
1177 hoje a tranqueira da zona sul se chama Conselheiro Xavier. Alguém conhece a Rua  
1178 Conselheiro Xavier? Atravessa todo o bairro, que é atrás da AABB, ainda não foi  
1179 executada, ela vai dar lá na Vila Conceição, ali sim tu permites fazer uma paralela entre a  
1180 que vai lá pelo beira do rio, a Coronel Marcos, e a Cavahada. Ali tu pegas e atravessa  
1181 toda a zona sul. Agora, tu vais transformar hoje o que é uma rua de bairro em uma rua de  
1182 alto trânsito. A gente quer, a população que mora ali quer? Duvido! Prefiro ficar um  
1183 pouquinho mais engarrafado lá na Coronel Marcos ou na Cavahada do que ter todo o  
1184 trânsito de toda a zona sul, Restinga, Hípica Belém Novo, Lami, passando por dentro do  
1185 bairro. Então, está lá gravado, tem o gravame. Nós somos a favor de manter o gravame,  
1186 que boa parte desse trânsito vai passar por detrás do Clube do Professor Gaúcho  
1187 passando por dentro do bairro? Acho que a população que mora lá vai votar contra. Essa  
1188 população deveria ter sido consultada, não foi. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),**  
1189 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pessoal, vou  
1190 repetir o que eu falei, mas qual é o papel deste Conselho? Particularmente, o que foi  
1191 votado na Câmara sou contra, não o conteúdo, mas o fato da Câmara ter votado uma  
1192 questão que é competência deste Conselho. Então, se a gente está aqui tendo a  
1193 oportunidade de se manifestar qualitativamente quanto a isso, concordando ou não, eu  
1194 acho que o Conselho tem que se manifestar. A gente não tem que mandar diligência para  
1195 a Câmara, porque a competência é nossa. Então, a gente se manifesta. Eu estou  
1196 propondo, aprovamos o EVU com ressalvas, nós nos manifestamos qualitativamente  
1197 quanto a cada uma das vias, aí este Conselho aprova ou não, que seja, mas ele se  
1198 manifesta que é o papel dele, aí a gente encaminha. É isso que eu proponho. A gente  
1199 pode defender um traçado viário, tudo bem, mas é um clube, um clube se eventualmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1200 deixar de existir vai voltar a ser uma rua ali ou não. Agora, hoje, eu acho que o próprio  
1201 clube se manifestou lá em relação a Câmara para defender o seu direito de manter a  
1202 integridade da sua área. Então, a aprovação do EVU é para manter a integridade da sua  
1203 área, aí se for o caso a gente retira aquele do meio, não vejo óbice, considerando que é  
1204 um clube e ele também faz parte da estrutura urbana. Eu me manifestaria pela  
1205 manutenção daquela do fundo, mas cada um se mantém. Agora, o que eu acho, este  
1206 Conselho tem que se manifestar conforme a sua competência e não de legar para outro. Aí  
1207 a gente acompanha a aprovação do EVU com o encaminhamento nosso. **Hermes de**  
1208 **Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**  
1209 **SAERGS:** Então, nós temos um pedido de diligência da RGP. 01, tem um parecer da RGP.  
1210 06 que já foi lido, tem o parecer da ABES que já foi lido. O Paulo Jorge pediu uma semana.  
1211 Eu acho que esta é uma situação semelhante à anterior. Patrícia, com todo respeito, não  
1212 tem porque atropelar se tem um pedido de diligência e tem um pedido de adiamento.  
1213 Então, eu vou colocar em votação o pedido de diligência da RGP. 01, independente disso  
1214 tem um pedido de adiamento do Paulo Jorge. certo? E nós vamos retomar esse assunto.  
1215 Eu acho que as coisas têm que se esgotar, não tem porque a gente vai aprovar, não vai  
1216 fazer diferença para o Clube do Professor Gaúcho, com certeza. Eles não estão  
1217 dependendo do financiamento que vai se esgotar amanhã, como tem alguns casos, que eu  
1218 acho que aí tem que ter uma consideração especial. Tem uma opinião técnica dos técnicos  
1219 da Prefeitura, mas o assunto é bastante polêmico. Então, vou colocar em votação o pedido  
1220 de diligência da RGP. 01. Por favor, faça por escrito. (Manifestação fora do microfone).  
1221 Então, faz outro está. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**  
1222 **Planejamento Um – RGP. 1:** Eu retiro. Fica em ata, eu só quero que seja dirigido á PGM.  
1223 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
1224 **Grande do Sul – SAERGS:** Então, eu vou colocarem votação o pedido de diligência da  
1225 RGP. 01 à PGM. Quem concorda, por favor, levante a mão. (Contagem de votos = 17  
1226 votos). Quem discorda, por favor, levante a mão. (Contagem de votos = 06 votos). Quem  
1227 se abstém? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). Então, **APROVADO O PEDIDO**  
1228 **DE DILIGÊNCIA.** Agora eu passo para o Primeiro Vice-Presidente. **Luiz Antônio Marques**  
1229 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, pelo  
1230 adiantado da hora, se os senhores concordam que concluímos a reunião. Obrigado,  
1231 conselheiros. Uma boa noite. Até a próxima reunião. Conforme o combinado os processos  
1232 são levados daqui às sextas-feiras. **(TÉRMINO ÀS 20h15min)**

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239 **Germano Bremm**

**Secretária Executiva**

1240 **Presidente**

**Relatora**

1241

1242 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**